

Concurso Público

007. PROVA OBJETIVA

ANALISTA TÉCNICO CIENTÍFICO
(Engenheiro de Segurança do Trabalho)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição da resposta definitiva.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 05.

McLuhan já alertava que a aldeia global resultante das mídias eletrônicas não implica necessariamente harmonia, implica, sim, que cada participante das novas mídias terá um envolvimento gigantesco na vida dos demais membros, que terá a chance de meter o bedelho onde bem quiser e fazer o uso que quiser das informações que conseguir. A aclamada transparência da coisa pública carrega consigo o risco de fim da privacidade e a superexposição de nossas pequenas ou grandes fraquezas morais ao julgamento da comunidade de que escolhemos participar.

Não faz sentido falar de dia e noite das redes sociais, apenas em número de atualizações nas páginas e na capacidade dos usuários de distinguir essas variações como relevantes no conjunto virtualmente infinito das possibilidades das redes. Para achar o fio de Ariadne no labirinto das redes sociais, os usuários precisam ter a habilidade de identificar e estimar parâmetros, aprender a extrair informações relevantes de um conjunto finito de observações e reconhecer a organização geral da rede de que participam.

O fluxo de informação que percorre as artérias das redes sociais é um poderoso fármaco viciante. Um dos neologismos recentes vinculados à dependência cada vez maior dos jovens a esses dispositivos é a “nomobofobia” (ou “pavor de ficar sem conexão no telefone celular”), descrito como a ansiedade e o sentimento de pânico experimentados por um número crescente de pessoas quando acaba a bateria do dispositivo móvel ou quando ficam sem conexão com a Internet. Essa informação, como toda nova droga, ao embotar a razão e abrir os poros da sensibilidade, pode tanto ser um remédio quanto um veneno para o espírito.

(Vinicius Romanini, Tudo azul no universo das redes. Revista USP, nº 92. Adaptado)

01. Do ponto de vista do autor, as redes sociais

- (A) são um universo ao qual os usuários resistem porque são afeitos à discrição nos relacionamentos.
- (B) preservam identidades e opiniões, sendo, portanto, ponto de referência para a busca de informações qualificadas.
- (C) garantem julgamentos justos, pela comunidade, dos usuários que nelas expõem seus hábitos e ideologias.
- (D) disponibilizam abundantes informações, o que exige que seus usuários filtrem o que de fato interessa.
- (E) condensam a infinidade de dados nelas circulantes, caracterizando-se como um meio confiável de exposição pessoal.

02. Entre os aspectos negativos que se apontam para usuários das mídias eletrônicas estão

- (A) a possibilidade de exibição da intimidade e a ansiedade devida à falta de conexão em rede.
- (B) a superposição de virtudes a grandes fraquezas morais e a ênfase ao cultivo da individualidade.
- (C) a possibilidade de imiscuir-se na vida alheia e o consumo de remédios viciantes.
- (D) o convívio ilimitado com os demais usuários da rede e o uso regulado de informações.
- (E) o envenenamento do espírito e a harmonia entre os membros do grupo de usuários.

03. A substituição do trecho destacado por aquele colocado entre parênteses está de acordo com a norma-padrão de regência verbal em:

- (A) ... e fazer o uso **que quiser** das informações que conseguir. (a que achar conveniente)
- (B) ... superexposição [...] ao julgamento da comunidade **de que escolhemos participar**. (com a qual escolhemos conviver)
- (C) ... terá a chance de **meter o bedelho onde bem quiser**... (intrometer-se aonde desejar)
- (D) McLuhan já **alertava que** a aldeia global... (prenunciava de que)
- (E) O fluxo de informação **que percorre** as artérias das redes sociais... (ao qual atravessa)

04. Assinale a alternativa em que se caracteriza o emprego de palavras em sentido figurado.

- (A) Um dos neologismos recentes vinculados à dependência cada vez maior dos jovens a esses dispositivos é a “nomobofobia”...
- (B) ... a superexposição de nossas pequenas ou grandes fraquezas morais ao julgamento da comunidade...
- (C) ... a ansiedade e o sentimento de pânico experimentados por um número crescente de pessoas quando acaba a bateria do dispositivo móvel...
- (D) ... os usuários precisam ter a habilidade de identificar e estimar parâmetros, aprender a extrair informações relevantes...
- (E) O fluxo de informação que percorre as artérias das redes sociais é um poderoso fármaco viciante.

05. As expressões destacadas nos trechos – **meter o bedelho** / **estimar** parâmetros / **embotar** a razão – têm sinônimos adequados respectivamente em:

- (A) procurar / gostar de / ilustrar
- (B) imiscuir-se / avaliar / enfraquecer
- (C) interferir / propor / embrutecer
- (D) intrometer-se / prezar / esclarecer
- (E) contrapor-se / consolidar / iluminar

Leia o texto, para responder às questões de números **06 a 09**.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu parlamento.

Naquele ano, isto dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras coisas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado.

Chamava-se o deputado Felixhimino ben Karpatoso. Se era advogado, médico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem; todos tratavam-no de doutor, embora nada se conhecesse dele.

(Lima Barreto, Um grande financeiro. *Os bruzundangas*. Adaptado)

06. Assinale a alternativa que reescreve passagem do texto respeitando a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) Bastava cinquenta anos para que fosse descoberto no país produtos novos, que acabava sendo a riqueza do país.
- (B) Os mandatos de senador e deputado durava tempo diferente, sendo mais longos o dos primeiros.
- (C) Na Bruzundanga haviam Senado e Câmara de Deputados, que o povo, em massa, apoiavam confiantes.
- (D) Naquele ano, isto já faziam dez anos, surgiu um deputado muito bem falante em assuntos financeiros.
- (E) Todas as repúblicas que se prezam possuem Senado e Câmara escolhidos pelos cidadãos, o mais possível confiantes em seus representantes.

07. Observe a relação de sentido entre os trechos (I) e (II), na passagem – (I) Os governos taxavam-no a mais não poder, (II) de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga.

É correto afirmar que

- (A) o trecho (I) expressa o tempo em que ocorre o que se afirma no trecho (II).
- (B) o trecho (II) expressa a maneira como ocorre o fato afirmado no trecho (I).
- (C) o trecho (II) expressa o efeito do que se afirma no trecho (I).
- (D) o trecho (I) expressa o modo como ocorre o fato afirmado no trecho (II).
- (E) o trecho (II) expressa a causa determinante do que se afirma no trecho (I).

08. Assinale a alternativa em que os sinais de pontuação estão empregados segundo os mesmos princípios da norma-padrão adotados na passagem – com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

- (A) A separação os fez perder muita coisa: ele, a guarda dos filhos; ela, a casa em que morava com as crianças.
- (B) Há algo importante a explicar: a perda de clientes, muitos deles inadimplentes; entretanto, ninguém fala nada.
- (C) Os meios de divulgação são os seguintes: internet, mensagem de celular e jornais; com eles, atingiremos o público.
- (D) Foi o que disse o funcionário: o carregamento não chegou, ainda; e os pedidos estão se acumulando, mais e mais.
- (E) Fui reticente, mas agora me explico: meu dinheiro acabou, nada me resta; e meu pai não pode me ajudar, coitado.

09. O contexto em que, segundo a norma-padrão, o pronome “se” pode ser colocado antes ou depois do verbo, é:

- (A) ... como todas as repúblicas que se prezam...
- (B) Chamava-se o deputado Felixhimino ben Karpatoso.
- (C) ... de cinquenta em cinquenta anos descobria-se nele um produto...
- (D) ... não se sabia bem...
- (E) ... embora nada se conhecesse dele.

10. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do texto a seguir, observando o emprego do sinal de crase e a conjugação verbal, segundo a norma-padrão.

Implantaremos um sistema capaz de levar _____ consumidores fiéis informações sobre nossas promoções, _____ partir do momento em que forem lançadas. Se _____ de recursos suficientes, anunciaremos prêmios que atraiam clientes, para que _____ incondicionalmente _____ campanhas promocionais.

- (A) aqueles ... a ... dispormos ... aderem ... as
- (B) àqueles ... a ... dispusermos ... adiram ... às
- (C) àqueles ... à ... dispusermos ... aderem ... às
- (D) aqueles ... à ... dispormos ... adiram ... as
- (E) aqueles ... a ... dispormos ... adiram ... as

11. Pretende-se dividir um grupo de 216 pessoas, sendo 126 com formação na área de exatas e 90 com formação na área de humanas, em grupos menores contendo, obrigatoriamente, elementos de cada uma dessas áreas, de modo que: (1) o número de grupos seja o maior possível; (2) cada grupo tenha o mesmo número x de pessoas com formação na área de exatas e o mesmo número y de pessoas com formação na área de humanas; e (3) cada uma das 216 pessoas participe de um único grupo. Nessas condições, e sabendo-se que no grupo não há pessoa com ambas as formações, é correto afirmar que, em cada novo grupo, a diferença entre os números de pessoas com formação em exatas e em humanas, nessa ordem, será igual a
- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
12. Um capital foi aplicado à taxa de juros simples de 21,6% ao ano, durante 5 meses, e rendeu juros de R\$ 153,00. Desconsiderando-se taxas ou outros encargos relativos a essa aplicação, no final desse período, o montante recebido pelo aplicador foi de
- (A) R\$ 1.823,00.
 - (B) R\$ 1.833,00.
 - (C) R\$ 1.843,00.
 - (D) R\$ 1.853,00.
 - (E) R\$ 1.863,00.
13. Uma pessoa comprou um determinado produto cujo preço à vista era de R\$ 825,00. Como forma de pagamento, ela deu uma entrada de 45% do preço à vista e pagou o restante com um cheque para 30 dias, com juros de 4% sobre esse restante. O valor que essa pessoa pagou de juros, nessa compra, correspondeu a
- (A) R\$ 18,05.
 - (B) R\$ 18,10.
 - (C) R\$ 18,15.
 - (D) R\$ 18,20.
 - (E) R\$ 18,25.

14. Em uma pesquisa realizada com 300 pessoas, o número das que se declararam ser doutores em alguma área de conhecimento correspondeu a quatro unidades a mais da nona parte das que se declararam ser apenas graduadas, e o número de pessoas que se declararam ser apenas mestres correspondeu a quatro vezes o número de pessoas que se declararam ser doutores. A razão entre o número das pessoas que se declararam ser apenas graduadas e o número das que se declararam ser doutores é igual a

(A) 7,5.

(B) 7.

(C) 6,5.

(D) 6.

(E) 5,5.

15. A média das idades de um grupo de 10 pessoas é 18,7 anos. Carlos e Ana não fazem parte desse grupo, mas, inserindo-os ao grupo, a média das idades das 12 pessoas passa a ser de 19 anos. Sabendo-se que Carlos é 5 anos mais velho que Ana, e que ambos nasceram no primeiro dia do mês de janeiro, é correto afirmar que Ana nasceu no ano de

(A) 1992.

(B) 1994.

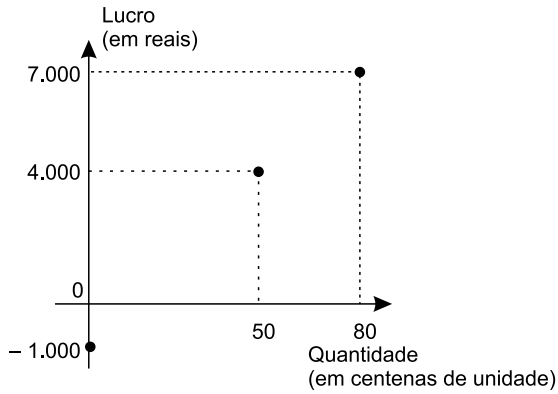
(C) 1996.

(D) 1998.

(E) 2000.

16. Em determinada casa comercial, o número de trabalhadores do gênero masculino é 4 unidades menor que o número de trabalhadores do gênero feminino. Nessa casa comercial, cada trabalhador recebeu, no final do ano passado, como brinde, um vale-presente para ser utilizado na própria loja: para os homens, o vale-presente tinha valor unitário de R\$ 120,00, e, para as mulheres, de R\$ 150,00. Sabendo-se que ao todo foi distribuído um total de R\$ 7.080,00 em vales-presentes, pode-se concluir corretamente que nessa casa comercial o valor total em vales-presentes distribuídos para os funcionários do gênero feminino foi de
- (A) R\$ 3.800,00.
 - (B) R\$ 3.900,00.
 - (C) R\$ 4.000,00.
 - (D) R\$ 4.100,00.
 - (E) R\$ 4.200,00.
17. Um terreno tem formato retangular, e a medida da sua lateral é 20% maior que a medida de sua frente. Sabendo-se que o perímetro desse terreno é 110 metros e que ele foi vendido pelo valor de R\$ 900,00 o metro quadrado, pode-se afirmar corretamente que o valor total de venda desse terreno foi
- (A) R\$ 625.500,00.
 - (B) R\$ 675.000,00.
 - (C) R\$ 700.500,00.
 - (D) R\$ 725.000,00.
 - (E) R\$ 750.500,00.
18. Todos os dias, são necessárias, em média, duas horas para cinco analistas, todos com a mesma força de trabalho, analisarem determinada quantidade Q de documentos. Em um dia em que um desses analistas não puder realizar essa tarefa, espera-se que os quatro demais, no mesmo ritmo de trabalho, realizem metade dessa tarefa em, no mínimo, 1 hora e
- (A) 15 minutos.
 - (B) 20 minutos.
 - (C) 25 minutos.
 - (D) 30 minutos.
 - (E) 35 minutos.

19. O gráfico apresenta informações do lucro, em reais, sobre a venda de uma quantidade, em centenas, de um produto em um hipermercado.



Sabendo-se que é constante a razão entre a variação do lucro e a variação da quantidade vendida e que se pretende ter um lucro total não menor que R\$ 90.500,00 em 10 dias de venda desse produto, então a média diária de unidades que deverão ser vendidas, nesse período, deverá ser, no mínimo, de

- (A) 8900.
 - (B) 8950.
 - (C) 9000.
 - (D) 9050.
 - (E) 9150.
20. Considere a seguinte tabela de desconto mensal de imposto de renda na fonte, de trabalhadores assalariados.

BASE DE CÁLCULO EM REAIS (R\$)	ALÍQUOTA EM PORCENTAGEM (%)	PARCELA A DEDUZIR EM REAIS (R\$)
Até 1.903,98	Isento	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Um trabalhador que teve como desconto de imposto de renda, em determinado mês de vigência da tabela, o valor de R\$ 185,20, teve uma base de cálculo que, para atingir R\$ 10.000,00, precisa ser adicionado a

- (A) R\$ 5.600,00.
- (B) R\$ 6.000,00.
- (C) R\$ 6.400,00.
- (D) R\$ 6.800,00.
- (E) R\$ 7.200,00.

21. *Justiça homologa acordo de leniência com Andrade Gutierrez*

O juiz federal Sérgio Moro homologou o acordo de leniência entre a empreiteira Andrade Gutierrez e o Ministério Público Federal.

(G1, 08.05.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/oDf711>>. Adaptado)

Nos termos do acordo, em troca de poder continuar mantendo contratos com o poder público, a empresa

- (A) decidiu não mais financiar campanhas de candidatos e partidos políticos, assim como se comprometeu a desmontar o seu escritório de lobby em Brasília.
- (B) firmou que os seus executivos devem se manifestar apenas no que for estabelecido expressamente pelos contratos firmados, para evitar práticas de suborno e corrupção.
- (C) resolveu submeter todos os seus contratos a auditorias externas e, a título de transparência, repatriou os seus recursos depositados em paraísos fiscais.
- (D) aceitou pagar R\$ 1 bilhão em multas, além de garantir a colaboração em todas as investigações de corrupção em que possa estar envolvida.
- (E) estabeleceu limites para o valor das obras públicas das quais participará de agora em diante, evitando os projetos mais custosos e com maior risco de corrupção.

22. A Procuradoria-Geral da República ofereceu nesta sexta-feira (6 de maio) denúncia ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra o governador pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular. A acusação tem como base desdobramentos da Operação Acrônimo, que investiga um suposto esquema de financiamento ilegal de campanhas políticas.

(Folha de S.Paulo, 06.05.2016.

Disponível em: <<http://goo.gl/w0W4p1>>. Adaptado)

O governador denunciado foi

- (A) Geraldo Alckmin, de São Paulo.
- (B) Fernando Pimentel, de Minas Gerais.
- (C) Luiz Fernando Pezão, do Rio de Janeiro.
- (D) Beto Richa, do Paraná.
- (E) Flávio Dino, do Maranhão.

23. A Assembleia Legislativa de São Paulo está ocupada há mais de 36 horas por estudantes que querem a abertura de uma CPI (Comissão parlamentar de Inquérito) que investigue a máfia da merenda. Os manifestantes, em sua maioria alunos secundaristas, ocupam o plenário da Assembleia desde as 17h da última terça-feira (3 de maio).

(G1, 05.05.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/CUUHUo>>. Adaptado)

A chamada “mafia da merenda” está relacionada à Operação Alba Branca, que investiga

- (A) o pagamento de propina por parte de grandes indústrias alimentícias de forma a se beneficiarem diretamente das compras de merenda realizadas pelo governo estadual e por algumas prefeituras municipais de São Paulo.
- (B) o superfaturamento, a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas em direção a paraísos fiscais por parte de autoridades públicas responsáveis pela questão da merenda e da alimentação escolar.
- (C) a influência e a participação de grandes proprietários de terras, envolvidos na produção agrícola de alimentos, e que teriam subornado autoridades públicas responsáveis pela compra e fornecimento de merenda para as escolas.
- (D) a terceirização do serviço de fornecimento de merendas escolares, até então sob responsabilidade direta do Estado, e que agora, sob a alçada de empresas privadas, tem sido foco de suspeitas de corrupção.
- (E) a formação de cartel entre três cooperativas de agricultura familiar para definir vencedores em licitações de merenda escolar em municípios paulistas em um esquema de corrupção e superfaturamento no fornecimento de alimentos.

24. A polícia francesa entrou em confronto, neste sábado (9 de abril), com centenas de manifestantes em Paris, usando gás lacrimogêneo. O protesto foi um dos muitos realizados nos últimos tempos. Dezenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas de Paris para protestar.

(Folha de S.Paulo, 09.04.2016.

Disponível em: <<http://goo.gl/ZcN4ZD>>. Adaptado)

Os protestos têm como alvo

- (A) a nova lei de refúgio e imigração, que transformou a França em um grande polo de atração de refugiados oriundos da Síria e da Líbia.
- (B) o estado de exceção, que suspende algumas garantias constitucionais em nome do combate ao terrorismo, em que a França se encontra desde os últimos atentados.
- (C) a reforma trabalhista defendida pelo governo, que pretende flexibilizar algumas leis trabalhistas tais como a duração da jornada semanal de trabalho.
- (D) a política externa francesa, bastante agressiva no Oriente Médio e muito alinhada com os EUA, o que tem provocado forte polêmica entre os franceses.
- (E) a fragilidade dos órgãos franceses de segurança, inteligência e informação, o que tem contribuído para fazer da França o alvo preferido de atentados do Isis.

25. Depois de diminuir de cinco para quatro os dias úteis do serviço público, o presidente anunciou nesta quinta-feira (14 de abril) que mudará o fuso horário do país para economizar energia. O horário de verão é mais uma medida do governo para tentar resolver a crise energética. Nos últimos meses, a seca provocada pelo El Niño diminuiu ainda mais a geração de energia, já afetada pela falta de infraestrutura.

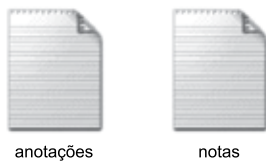
(Folha de S.Paulo, 14.04.2016.
Disponível em: <<http://goo.gl/owB5vU>>. Adaptado)

A notícia trata da situação energética

- (A) na Venezuela.
- (B) na Bolívia.
- (C) no Paraguai.
- (D) no Peru.
- (E) no Equador.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Microsoft Windows 7, em sua configuração original, um usuário possui 2 arquivos texto em um diretório, chamados *notas* e *anotações*, conforme imagem a seguir.



Ao selecionar o arquivo *anotações* e pressionar a tecla F2 para renomeá-lo, o usuário digitou *notas*. Nesse caso, considerando que não é possível ter em um mesmo diretório dois arquivos com o mesmo nome e extensão, o Windows automaticamente

- (A) mescla o conteúdo dos 2 arquivos, mantendo apenas 1 arquivo chamado *notas*.
- (B) apaga o arquivo *notas* anterior e mantém apenas o novo arquivo renomeado.
- (C) sugere um novo nome *notas (2).txt* e aguarda confirmação do usuário.
- (D) altera o nome do arquivo anterior *notas* para *notas_velho* e efetua a alteração do outro arquivo de *anotações* para *notas*.
- (E) movimenta o arquivo *notas* para a pasta Meu Computador na Área de Trabalho e mantém apenas o novo arquivo renomeado.

27. Comparando dois documentos criados no Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, sendo um deles em modo paisagem e outro em modo retrato, mas ambos com a mesma fonte e tamanho de letra, e margens, assinale a alternativa correta.

- (A) O documento em modo paisagem tem mais caracteres por linha do que o documento em modo retrato.
- (B) O documento em modo retrato tem menos linhas do que o documento em modo paisagem.
- (C) Ambos os documentos têm a mesma quantidade de caracteres por linha.
- (D) O documento em modo paisagem tem menos caracteres por linha do que o documento em modo retrato.
- (E) O documento em modo paisagem só pode ser configurado como tamanho A4.

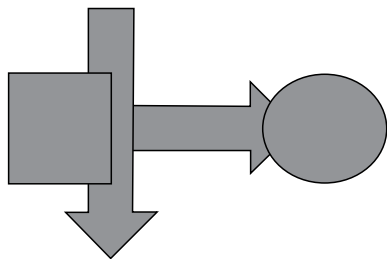
28. Uma planilha criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão, está preenchida como se apresenta a seguir.

	A	B	C	
1	Atividade	Data Início	Cidade	
2	1	10/10/2015	São Paulo	
3	2	18/10/2015	Osasco	
4	3	22/10/2015	Guarulhos	
5	4	23/10/2015	São Paulo	
6	5	02/11/2015	São Paulo	
7	6	05/11/2015	Guarulhos	
8				
9				
10	3			
11				

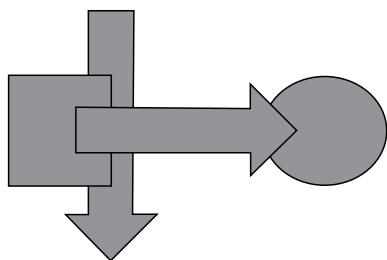
A fórmula =PROCV(A10;A2:C7;3;0), se digitada na célula B10, trará como resultado

- (A) #N/A
- (B) #ERRO
- (C) 3
- (D) Guarulhos
- (E) 22/10/2015

29. Têm-se as seguintes AutoFormas incluídas no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, na sequência seta para a direita, seta para baixo, círculo, quadrado.



Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de operações de arrasto para alterar as AutoFormas de maneira que tenham a aparência apresentada a seguir.



- (A) Enviar para trás quadrado, enviar para trás seta para baixo, enviar para trás seta para direita.
- (B) Trazer para frente seta para direita, enviar para trás quadrado, enviar para trás seta para baixo.
- (C) Enviar para trás círculo, enviar para trás seta para baixo.
- (D) Trazer para frente seta para direita, trazer para frente seta para baixo, trazer para frente quadrado.
- (E) Enviar para trás círculo, enviar para trás seta para direita, enviar para trás quadrado.

30. No site de pesquisas Google, quando é usado(a) um(a) _____ antes de uma palavra ou site, ele exclui os resultados de pesquisas que incluem essa palavra ou site.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do enunciado.

- (A) asterisco
- (B) apóstrofo
- (C) símbolo de \$
- (D) hashtag
- (E) traço

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V, do Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho e que trata da segurança e medicina do trabalho,

- (A) a fiscalização das condições de trabalho é atribuição típica e intransferível dos profissionais auditores fiscais do trabalho pertencentes às divisões de segurança e medicina do trabalho das unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho.
- (B) os projetos de instalação de caldeiras, fornos e recipientes sob pressão deverão ser submetidos à aprovação prévia do órgão regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.
- (C) caberá ao Ministério do Trabalho estabelecer, em função da classificação da atividade e do grau de insalubridade da atividade realizada pelo empregado, os tipos de exames médicos obrigatórios, assim como sua periodicidade.
- (D) constitui atribuição das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego a instauração de mesas de negociação entre empregados e empregadores para tratar de questões relacionadas à segurança e à medicina do trabalho.
- (E) incumbe às Delegacias Regionais do Trabalho coordenar, orientar, controlar e supervisionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho nos limites de sua jurisdição.

32. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme previsto na Norma Regulamentadora 5, tem, entre outras, a atribuição de

- (A) colaborar com a elaboração de planos de controle de efeitos de catástrofes, de disponibilidade de meios que visem ao combate a incêndios e ao salvamento e de imediata atenção à vítima deste ou de qualquer outro tipo de acidente.
- (B) empreender verificações periódicas nos ambientes, na organização e nas condições de trabalho, determinando a paralisação de máquina, operação ou setor de serviço sempre que considere haver risco grave e iminente à segurança e à saúde dos empregados.
- (C) contribuir no desenvolvimento e na implementação de programas relacionados à segurança e à saúde no trabalho, particularmente àqueles dirigidos às alterações de comportamentos inseguros, que atentam contra a política de prevenção de acidentes praticada no estabelecimento.
- (D) identificar os riscos do processo de trabalho, elaborando o mapeamento de riscos em conjunto com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e propondo plano de trabalho que possibilite a ação corretiva na solução de problemas.
- (E) participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho, assim como requisitar à empresa as cópias das CAT emitidas.

- 33.** Conforme a Norma Regulamentadora 18 – que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção –,
- (A) nas instalações elétricas, em canteiros de obras, as chaves blindadas devem ser convenientemente protegidas de intempéries e instaladas em posição que impeça o fechamento acidental do circuito.
 - (B) será função do número de trabalhadores e da existência ou não de cozinha a obrigatoriedade ou não de todo canteiro de obras contar com local exclusivo para o aquecimento de refeições.
 - (C) a escada de abrir deve ser articulada, estável e provida de dispositivos que a mantenham fixa na abertura escolhida e, quando fechada, não exceder o comprimento máximo de 8,0 metros.
 - (D) os empregadores que, para a prevenção de acidentes com quedas de altura, optarem pelo Sistema de Proteção Limitador de Quedas de Altura devem providenciar projeto que atenda ao regulamentado por meio da Norma Regulamentadora 35.
 - (E) a estrutura do andaime em balanço, convenientemente contraventada e ancorada, deve ter sistema de fixação à estrutura da edificação capaz de suportar quatro vezes os esforços solicitantes.
- 34.** De acordo com a Norma Regulamentadora 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho,
- (A) nas atividades ou operações insalubres, ou nos trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, irritantes, infectantes, alergizantes, poeiras ou substâncias que provoquem sujidade, será vedada a utilização de lavatórios tipo calhas, sendo obrigatório o uso do tipo cuba.
 - (B) a cobertura das instalações sanitárias deverá ter a estrutura de madeira ou metálica, proporcionar ventilação natural e ser construída com telhas de barro ou de fibras de vidro, sendo vedada a utilização de telhas de fibrocimento.
 - (C) com o objetivo de manter um iluminamento mínimo de 150 lux nos vestiários, deverão ser instaladas lâmpadas de 100 W a cada 8,00 m² de área com pé direito de 3,00 m, ou outro tipo de arranjo com luminárias que produzem o mesmo efeito.
 - (D) a empresa que contratar terceiros para a prestação de serviços em seus estabelecimentos deve estender aos trabalhadores da contratada as mesmas condições de higiene e conforto oferecidas aos seus próprios empregados.
 - (E) é indispensável que os funcionários da cozinha, encarregados de manipular gêneros alimentícios, preparar refeições e manusear utensílios, disponham de acesso exclusivo aos sanitários e vestiários de uso comum, não se comunicando diretamente com a cozinha.
- 35.** A Constituição Federal estabelece, entre os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, alguns pertinentes à segurança e à saúde no trabalho, como o direito
- (A) à informação acerca dos riscos à saúde existentes em processos, substâncias e equipamentos utilizados em seu ambiente de trabalho.
 - (B) à representação, na forma definida em lei específica, em comitês, grupos de trabalho ou afins que tenham como objetivo a definição e a implementação de política de segurança e saúde no trabalho no estabelecimento.
 - (C) à percepção de adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
 - (D) à recusa ou interrupção de atividade quando entender, por motivos razoáveis, que aquela situação de trabalho implica risco grave e iminente a sua saúde.
 - (E) de livre acesso a todo e qualquer resultado de exame médico, avaliação psicológica ou teste de aptidão física a que tenha sido submetido por exigência do empregador.
- 36.** Considerando as disposições presentes no Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) a eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a implantação de regimes de trabalho que atenuem a exposição do trabalhador.
 - (B) as atividades ou operações que exponham os trabalhadores, sem proteção adequada, a níveis de ruído de impacto superiores a 125 dB, ou a ruídos contínuos ou intermitentes superiores a 140 dB, implicarão condição de risco grave e iminente.
 - (C) os trabalhadores encarregados da remoção de material feita por impulso ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos deverão passar por testes ergométricos para caracterização de seu esforço máximo.
 - (D) na existência, no ambiente de trabalho, de fontes radioativas, será obrigatório aos trabalhadores o uso de vestimenta adequada, ou de capelas, anteparos, paredes duplas, isolamento de chumbo ou recursos similares que protejam os trabalhadores contra as radiações ionizantes.
 - (E) será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho.

37. A respeito dos aspectos envolvidos na elaboração e condução do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, é correto afirmar que
- (A) deverão ser nominados os colaboradores que poderão interromper o funcionamento de máquina ou paralisar atividade quando entenderem que as condições ambientais de trabalho implicam risco grave e iminente aos trabalhadores.
 - (B) a forma adotada para o registro dos dados deve permitir estabelecer uma correlação entre as avaliações ambientais, os achados médicos e o desempenho dos equipamentos de proteção individual utilizados.
 - (C) de acordo com a legislação vigente, deverá ser efetuada, sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do Programa, para avaliação de seu desenvolvimento e estabelecimento de novas metas e prioridades.
 - (D) o Programa deverá estabelecer critérios e mecanismos de avaliação e comparação da eficácia das medidas de proteção coletiva e da proteção individual para grupos-controle de trabalhadores expostos.
 - (E) se instituiu, para os agentes ambientais, o nível de ação no Programa como sendo aquele valor acima do qual devem ser empreendidas ações de caráter coletivo para impedir que as exposições ultrapassem os limites previstos em lei.
38. Para que, na proteção do trabalhador, sejam atendidas as peculiaridades de cada atividade, o empregador deve fornecer aos trabalhadores os equipamentos de proteção individual adequados aos riscos aos quais estão expostos, como
- (A) máscara de solda para proteção dos olhos e face contra impactos de partículas volantes, radiação ultravioleta, radiação infravermelha e luminosidade intensa.
 - (B) as pulseiras de segurança, para proteção das mãos contra risco de esmagamento criado por partes móveis que apresentam pontos entrantes.
 - (C) luvas à prova de balas para, no trabalho de proteção de pessoas, valores ou propriedades, proteger as mãos do trabalhador contra risco de origem mecânica, como projéteis disparados por armas de fogo.
 - (D) os braceletes de segurança, imprescindíveis na proteção do trabalhador contra riscos mecânicos em atividades com utilização de ferramentas portáteis, como serras elétricas, motosserras, furadeiras etc.
 - (E) o respirador purificador de ar não motorizado de peça semifacial filtrante PFF1 para proteção das vias respiratórias contra poeiras, fumos e radionuclídeos.
39. Na análise e especificação técnica de medida ou equipamento de proteção coletiva, é correto considerar que
- (A) a serra circular deve possuir coifa protetora do disco com sistema de abatimento de poeira e sensores de aproximação na zona de corte, que desenergizem a máquina em caso de perigo.
 - (B) no caso dos agentes ambientais, o estudo, o desenvolvimento e a implantação das medidas de proteção coletiva encontram como última opção as medidas que reduzam os níveis ou a concentração desses agentes no ambiente de trabalho.
 - (C) na impossibilidade de eliminar ou reduzir a utilização ou a formação de agentes altamente prejudiciais à saúde, devem-se adotar medidas coletivas organizacionais, segregando-se operações e limitando o número de trabalhadores expostos.
 - (D) as proteções coletivas devem criar alguma dificuldade na operação de máquina ou equipamento, de forma que, ao operador ou trabalhador da manutenção, evidencie-se a importância de sua conservação junto aos pontos de perigo.
 - (E) os dispositivos de segurança tipo vareta de desengate, que desativam a máquina quando pressionados pelas mãos, devem ser instalados de forma tal que, em uma situação de emergência, não precisem da ação do operador da máquina.
40. Para que se obtenha a eficácia na proteção contra incêndios, em conjunto com a prevenção e o treinamento para o combate, faz-se necessário desenvolver um Plano de Emergência, em que
- (A) serão definidas as localizações, nas rotas de fuga, dos nichos especializados em atendimento de primeiros socorros, assim como os recursos necessários.
 - (B) serão programados os exercícios simulados de abandono de área, com periodicidade bianual e com a participação de toda a população fixa e amostra, previamente selecionada, da população flutuante.
 - (C) a revisão obrigatória ocorre a cada dois anos e sempre que houver alteração em algum dos parâmetros utilizados em sua elaboração, contando com a supervisão de profissional legalmente habilitado.
 - (D) deve ser observada, em São Paulo, a Instrução Técnica nº 16/2011, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto Estadual nº 56.819/11 – Regulamento de Segurança contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco do Estado de São Paulo.
 - (E) devem constar os dados relativos à auditoria, que, de acordo com a legislação própria no estado de São Paulo, deve ser realizada por equipe composta, minimamente, pelo Chefe da Brigada, pelo presidente da CIPA e pelo coordenador do SESMT, onde houver.

41. Não é raro que, após um alarme de incêndio, o pânico instalado cause mais acidentados que o fogo, propriamente dito. Por isso, o Plano de Abandono
- (A) deve ser elaborado tendo como base as características comportamentais da população fixa, semifixa ou flutuante que ocupa a edificação, de forma que aspectos psicológicos dos indivíduos não comprometam a execução do Plano.
 - (B) implantado deverá considerar que os ocupantes da edificação possuem mobilidades diferentes, de maneira que o primeiro alarme seja dirigido a idosos, gestantes e outros ocupantes que tenham a mobilidade reduzida.
 - (C) integra o Plano de Emergência e deverá ser adequado às possíveis características da população usuária da edificação (que pode ser fixa, semifixa, flutuante ou especial), tendo sua eficácia influenciada por três fatores: a detecção, o alarme e o abandono.
 - (D) será estruturado de maneira tal que cada líder de rota de fuga domine as técnicas de primeiros socorros e saiba com precisão a localização dos nichos de sobrevivência, assim como quais os recursos disponíveis em cada um deles.
 - (E) e o confinamento do sinistro constituem etapas do Plano de Emergência que são usualmente planejadas em conjunto, de maneira tal que durante a evacuação seja possível o isolamento ou bloqueio de áreas para dificultar a propagação das chamas.
42. Os integrantes da Brigada de Incêndio devem possuir conhecimentos e habilidades que lhes permitam atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, no abandono de área e nos primeiros socorros. Considerando isso, assinale a alternativa correta.
- (A) Em edificações onde exista diversidade de ocupações, o número de brigadistas deve ser calculado por meio de média ponderada, em que cada contingente de ocupantes é multiplicado por fator que traduza o grau de risco da área ocupada por esse contingente.
 - (B) Entre as atribuições da Brigada de Incêndio, constam algumas ações de prevenção, como a notificação ao setor competente da empresa ou edificação de eventuais irregularidades existentes com relação à prevenção e à proteção contra incêndios e a orientação à população fixa e flutuante.
 - (C) É usual, nos Planos de Emergência, após identificada uma situação de risco, que caiba com exclusividade aos membros da Brigada de Incêndio o acionamento dos alarmes de emergência e consequente deflagração do abandono coletivo de áreas.
 - (D) Nos casos excepcionais, quando durante a realização de um exercício simulado ou execução de Plano de Abandono alguém precisar retornar ao seu posto de trabalho para recuperar um objeto, caberá a um brigadista seu acompanhamento, de forma que não gere conturbação ou tumulto.
 - (E) Cabe à Brigada de Incêndio o planejamento, a comunicação, a organização e a realização de simulados setoriais anuais, de forma que todos os membros do setor escolhido participem ativamente do exercício, apontando, sempre que possível, as oportunidades de melhorias.
43. Considerando os conhecimentos mobilizados na área de prevenção e combate a incêndios, assinale a alternativa correta.
- (A) Para o combate a incêndios de classe D, utilizam-se pós à base de cloreto de sódio, cloreto de bário, monofosfato de amônia ou grafite seco.
 - (B) A classificação da combustão pode se dar pela velocidade de deslocamento da frente de reação, que no caso da deflagração chega a atingir 600 m/s.
 - (C) A condução é um mecanismo de propagação de calor que é provocado por arraste superficial do fluido que envolve o material em combustão.
 - (D) Na temperatura de queima plena, os gases despreendidos do combustível passam a prescindir da existência de fonte de calor externa para que ocorra a continuação da combustão.
 - (E) Na radiação, a propagação do calor é feita de molécula para molécula do corpo aquecido, por meio de movimento vibratório orientado pelo gradiente térmico.
44. A Política Nacional de Resíduos Sólidos busca dar ao país os instrumentos necessários ao enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Assim,
- (A) prevê a manutenção do padrão de geração de resíduos atual por um período de 20 anos, o desenvolvimento de técnicas de reciclagem e de reutilização dos resíduos sólidos que têm valor econômico e a destinação correta dos rejeitos, que não podem ser reciclados ou reutilizados.
 - (B) por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de resíduos sólidos, excluídos os perigosos, e às responsabilidades dos geradores e do poder público.
 - (C) instituiu a logística reversa, instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição, ao setor empresarial, dos resíduos que são passíveis de redução em seu ciclo de vida.
 - (D) cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal, além de impor que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
 - (E) tem como princípios a antecipação, o reconhecimento, a cautela e a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, além de definir com precisão quem é o poluidor e quais são as partes afetadas.

45. O gerenciamento de riscos, praticado no âmbito de um sistema de gestão em segurança, saúde e meio ambiente de trabalho, demanda a utilização de uma técnica de análise de riscos, como
- (A) o *Hazard and Operation* – HAZOP, que busca a construção de uma explicação lógica de cada evento que tem potencial de tornar-se risco para o processo que se busca preservar.
 - (B) a Análise de Combinações Críticas e Consequências Associadas – ACCCA, que, mediante a aplicação da análise combinatória na rede de possibilidades de acidentes, permite a identificação das situações críticas.
 - (C) a Análise de Perigos Potenciais – APP, que é normalmente aplicada na fase de concepção do sistema produtivo, mas também se aplica em plantas industriais já instaladas e em operação.
 - (D) a Análise de Árvore de Falhas – AAF, método desenvolvido para sistemas complexos, que apresentam elevada susceptibilidade às falhas humanas e demandam rigor na gestão comportamental e no controle da influência dos erros humanos no funcionamento do sistema.
 - (E) a Análise de Modos de Falhas e Efeitos – AMFE, que tem, entre seus principais objetivos, a revisão sistemática dos modos de falha de um componente, para garantir danos mínimos ao sistema e a determinação dos componentes cujas falhas teriam efeito crítico na operação do sistema.
46. A adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, é um dos objetivos da Ergonomia. Para tanto, a prática ergonômica
- (A) deve considerar, na concepção da atividade, que o trabalhador sente-se mais confortável quando opera em regime de tutela, com tarefa e tempo de execução bem definidos, em que sua única preocupação é o atingimento de uma meta de produção.
 - (B) não pode prescindir de acompanhamento médico específico dos trabalhadores, de maneira que, na organização do trabalho, estejam disponíveis as informações necessárias à alocação de recursos humanos mais adequados às atividades de alta demanda.
 - (C) visando ao controle de incidência e severidade dos distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao trabalho, utiliza, na concepção dos postos de trabalho, dados antropométricos equivalentes à mediana da população usuária.
 - (D) conta com várias possibilidades de controle de engenharia ou administrativos, como a realocação de tarefas de trabalho (por exemplo, utilizar rotação de trabalhadores e dilatação do trabalho), de forma que o trabalhador não gaste o tempo todo do turno de trabalho em tarefas de alta demanda.
 - (E) ao se conceber a atividade, busca reduzir os esforços dinâmicos ao máximo, pois todo esforço de manutenção postural implica uma contração muscular dinâmica que pode ser nociva à saúde, de maneira que as demandas musculares devem ser objeto de criteriosa avaliação.
47. Em face dos conhecimentos acerca do trabalho humano, desenvolvidos no campo da Ergonomia, a organização do trabalho deverá considerar, entre outros aspectos envolvidos,
- (A) que existem vários modos operatórios passíveis de utilização, que variam de acordo com as modificações da matéria-prima, do estado dos equipamentos e das próprias condições psicofisiológicas dos trabalhadores.
 - (B) a ocupação real do tempo, que pode ser aferida pelo grau de aderência do trabalho real em relação ao trabalho prescrito, que irá revelar o tempo que é desperdiçado em ações ou movimentos que não concorrem para o produto final.
 - (C) o conteúdo das tarefas, que deve ser expresso por meio da quantificação das ações realizadas pelo trabalhador em cada ciclo operatório, como a movimentação lateral ou vertical dos braços, a movimentação de pescoço, pernas etc.
 - (D) que a cadência é a maneira como os ritmos são ajustados, que pode ser livre (quando o indivíduo tem autonomia para determinar seu próprio ritmo) ou imposto (por uma máquina, por esteiras e até mesmo por incentivos à produção).
 - (E) que as metas de produção devem ser estipuladas em função da variação natural que ocorre no trabalho coletivo, pois só se pode contar com uma capacidade produtiva determinada ao longo de um dia, semana, mês ou ano para um mesmo indivíduo.
48. O Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT deverá, em conformidade com a legislação vigente,
- (A) ser elaborado e implementado nos estabelecimentos que contem, independentemente da existência de vínculo empregatício com a empresa responsável, com mais de 70 trabalhadores.
 - (B) substituir, para fins da fiscalização empreendida pela auditoria fiscal do trabalho, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPARA, o Programa de Preservação Auditiva – PPA e o Programa de Proteção Respiratória – PPR.
 - (C) conter memorial sobre condições e meio ambiente de trabalho nas atividades e operações, levando-se em conta riscos de acidentes e de doenças do trabalho e suas respectivas medidas preventivas.
 - (D) ser elaborado pelo coordenador do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho ou por profissional legalmente habilitado na área de segurança do trabalho, após ouvida a CIPA ou o designado do estabelecimento.
 - (E) apontar, para cada fase da obra, os responsáveis pela área de vivência, demolição, escavação e movimentação de terra, carpintaria, armações de aço, acessos temporários de madeira, instalações elétricas provisórias, andaimes e demais elementos construtivos.

49. Na elaboração e na implementação de um Programa de Segurança na Utilização de Ferramentas Manuais ou Portáteis, há que se considerar, entre outros aspectos, que
- (A) para angariar a adesão dos trabalhadores, é necessário tolerar pequenos desvios comportamentais, como o hábito de se usar ferramenta de ar comprimido para “bater pó” das roupas após o expediente.
 - (B) nem sempre estará disponível a ferramenta adequada à tarefa demandada, de maneira que os trabalhadores devem ser orientados a utilizar adaptações possíveis, como o uso de talhadeiras como alavancas.
 - (C) embora inexista risco na exposição a vibrações de corpo inteiro, em face das diferenças de frequência em relação àquelas naturais do corpo humano, o uso de ferramentas causadoras de vibrações localizadas deve ser monitorado.
 - (D) pode ser necessário combater pequenos vícios dos trabalhadores, como na operação de serrar, em que o ataque à madeira deve se dar empurrando o serrote, sem muita força, para tracioná-lo com mais pressão.
 - (E) os pés de cabra e alavancas devem ser escolhidos de acordo com a tarefa a ser executada, de maneira que nunca sejam utilizados quaisquer tipos de extensão para aumentar a capacidade de força da ferramenta.
50. A realização de auditorias periódicas destina-se à avaliação do sistema de gestão da segurança e da saúde no trabalho e de seus elementos quanto à sua eficácia na prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Dessa maneira,
- (A) conforme consagrado em normas internacionais, a auditoria deve basear-se em alguns princípios, tais como imparcialidade, senso de justiça, zelo na emissão de juízo de valor, abordagem fundamentada no raciocínio lógico e confidencialidade.
 - (B) podem ser internas, algumas vezes chamadas auditorias de primeira parte, sendo conduzidas pela própria organização, ou em seu nome, para análise crítica pela direção da organização e outros propósitos internos.
 - (C) atendendo à classificação usual imposta por responsabilidades e objetivos da auditoria, denomina-se auditoria de segunda parte aquela realizada por organizações externas de auditoria independente, tais como as de certificação.
 - (D) a preparação para a auditoria envolve a realização de reuniões prévias com as lideranças dos setores a serem auditados, independentemente de ocuparem cargos de chefia ou supervisão, para garantir a normalidade das operações objeto de auditoria.
 - (E) em conformidade com a norma NBR ISO 19001, define-se auditoria como um processo sistemático, documentado e contratado especificamente para colher evidências e informações, avaliá-las de forma objetiva ou subjetiva, conforme o caso, e emitir juízo sobre o atendimento de critérios preestabelecidos.
51. Na avaliação da exposição ocupacional ao ruído, são utilizados medidores integradores de uso pessoal, também conhecidos por dosímetros de ruído, que devem atender às normas específicas aplicáveis. Entre os requisitos técnicos e os parâmetros a serem atendidos, tem-se
- (A) o circuito de ponderação “A” e o nível de percepção para integração igual a 85 dB(A).
 - (B) a indicação da ocorrência de níveis superiores a 120 dB(A) e o circuito de resposta lenta (*slow*).
 - (C) o nível limiar de integração de 85 dB(A) e a faixa de medição mínima de 85 a 120 dB(A).
 - (D) o critério de referência de 80 dB(A), que corresponde à dose de 50% para uma exposição de 8 horas, e o circuito de ponderação em “A”.
 - (E) o critério de referência de 85 dB(A), que corresponde à dose de 100% para uma exposição de 8 horas, e o circuito de resposta lenta (*slow*).
52. A respeito dos procedimentos envolvidos e dos equipamentos utilizados na avaliação da exposição ocupacional ao calor, é correto afirmar que
- (A) os trabalhadores a serem avaliados devem ser representativos do coletivo de trabalhadores que terão sua exposição traduzida pelos resultados obtidos, que devem ser colhidos preferencialmente nas condições mais severas de exposição, ainda que haja descontinuidade na amostragem.
 - (B) o aparato destinado à determinação da temperatura de globo (t_g) será constituído de, entre outros elementos, uma esfera oca de alumínio, de aproximadamente 2 mm de espessura e com diâmetro de 160 mm, pintada externamente de preto fosco.
 - (C) a identificação do período de exposição mais desfavorável ao coletivo de trabalhadores avaliado dar-se-á em função das características ambientais, que valem para todos, não se considerando atividade física ou metabolismo, que são individuais.
 - (D) quando houver uma fonte principal de calor, os termômetros deverão estar contidos num mesmo plano vertical e próximos uns dos outros (sem se tocarem), com o conjunto posicionado de forma que a normal ao plano dos termômetros esteja na direção da referida fonte principal de calor.
 - (E) as temperaturas a serem medidas são a temperatura de bulbo úmido natural (t_{bn}), a temperatura de globo (t_g) e a temperatura de bulbo seco (t_{bs}), que devem ser coletadas independentemente da presença ou não de carga solar direta.

53. O Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT

- (A) é documento que deve ser apresentado para instrução de requerimento da aposentadoria especial, podendo ser aceitos em sua substituição os laudos técnico-periciais emitidos por determinação da Justiça do Trabalho em ações trabalhistas, acordos ou dissídios coletivos.
- (B) contém todos os dados das demonstrações ambientais necessários à comprovação da habilitação à aposentadoria especial por exposição a agentes insalubres, conforme exigido no preenchimento do Perfil Previdenciário Profissional.
- (C) apresentado ao INSS pode ter sido emitido por demanda do interessado na aposentadoria especial, exigindo-se, para sua validação, que as provas documentais tenham caráter oficial, como laudos emitidos por órgãos públicos.
- (D) relativo a equipamento ou setor similar àquele do trabalhador interessado na aposentadoria especial pode vir a ter valor processual se houver elementos que permitam considerar também como similares as condições ambientais de trabalho.
- (E) deverá adequadamente documentar, para o reconhecimento dos fatores de risco ambientais, a identificação do fator de risco, sua localização, número de trabalhadores expostos, trajetórias possíveis e principais equipamentos de proteção coletiva e individual prescritos.

54. De acordo com a legislação previdenciária dirigida à segurança e saúde do trabalhador,

- (A) a apuração de nocividade, assim entendida a situação de trabalho capaz de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador, em que o agente nocivo não é de simples mensuração, está condicionada a parecer da perícia médica do INSS.
- (B) o auxílio-acidente é o benefício pago ao trabalhador que sofre um acidente e fica com sequelas que reduzem sua capacidade para o trabalho, que pode ser acumulado com outros benefícios pagos pela Previdência Social, incluindo a aposentadoria, por possuir caráter indenizatório.
- (C) o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT deverá conter, entre outros, o reconhecimento dos fatores de risco ambientais, o estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle, a especificação e implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia.
- (D) particularmente à Resolução nº 1.269, de 15 de fevereiro de 2006, a perícia do INSS, no estabelecimento de nexos causais entre o agravamento à saúde do trabalhador e sua atividade profissional, considerará o Nexo Técnico Estatístico Previdenciário associado à relação existente entre o CNAE da empresa, sua atividade principal e o Cadastro Internacional de Doenças.
- (E) o Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador que varia de 0,5 a 2,0 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% e 3% da tarifa coletiva por subclasse econômica para custear aposentadorias especiais e outros benefícios, cuja atualização se dá a cada dois anos.

55. O Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP

- (A) instituído por meio da Instrução Normativa nº 811, de maio de 2002, obriga as empresas que mantenham processos produtivos que impliquem a exposição de seus empregados a riscos ambientais a elaborarem perfis coletivos para grupos de empregados caracterizados como de exposição homogênea.
- (B) deve ser assinado por representante legal da empresa, com poderes específicos outorgados por procuração, contendo a indicação dos responsáveis técnicos legalmente habilitados, por período, pelos registros ambientais e resultados de monitoração biológica.
- (C) tem como finalidade a comprovação das condições de trabalho para habilitação de beneficiários à aposentadoria especial, podendo ser substituído, para fins processuais, pelo conjunto formado pelos Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- (D) permite ao segurado com dificuldades em comprovar o trabalho em condições especiais, em um determinado período de sua vida laboral, requerer ao INSS a aceitação de laudo técnico relativo a condições similares de trabalho, em que a exposição ocupacional seja semelhante.
- (E) teve sua elaboração tornada obrigatória por meio da Instrução Normativa INSS 99/2004 para todas as empresas, independentemente de seu faturamento, que possuam ambientes e condições de trabalho que ensejem a seus empregados o direito à aposentadoria especial.

56. Quanto à realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica relacionados à pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- (A) é indispensável o seu consentimento prévio, livre e esclarecido, podendo, no entanto, ser suprido em situação de curatela, na forma da lei.
- (B) é dispensável o seu consentimento, desde que o objetivo a ser alcançado seja para o seu próprio bem-estar.
- (C) se exige o seu prévio e livre consentimento por escrito, não podendo ser suprido mesmo em situação de curatela.
- (D) não se exigirá o seu consentimento pessoal, no caso de pesquisa científica, se os seus pais ou responsáveis legais assim se manifestarem em seu lugar.
- (E) será exigido o seu prévio e livre consentimento apenas para a hipótese de pesquisa científica, podendo ser dispensado nos demais casos.

57. Fulana, pessoa com deficiência, foi atendida em hospital particular com vários hematomas em seu corpo, levando o agente de saúde a suspeitar que ela teria sido vítima de violência. Nessa situação, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que
- (A) o agente de saúde deverá envidar todos os esforços para confirmar a violência sofrida pela pessoa com deficiência e, uma vez confirmada, deverá notificar compulsoriamente o Ministério da Saúde.
 - (B) o agente de saúde nada poderá fazer nesse caso, uma vez que se trata apenas de uma suspeita.
 - (C) deverá ser feita a notificação compulsória do fato suspeito à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - (D) o hospital, por ser particular, não está obrigado a notificar as autoridades, uma vez que a notificação compulsória é imposta apenas aos hospitais públicos.
 - (E) o hospital deve, assim que teve conhecimento do fato, tomar o depoimento por escrito da vítima e notificar o juiz da Comarca para as devidas providências.
58. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor. Com relação aos estabelecimentos já existentes, os meios de acessibilidade
- (A) devem ser garantidos na ordem de 20%, pelo menos, do total de seus dormitórios, garantidas, ao menos, duas unidades acessíveis.
 - (B) não serão obrigatórios, podendo ser adaptadas suas unidades em livre proporção.
 - (C) devem ser garantidos em, pelo menos, 10% de seus dormitórios, garantida, no mínimo, uma unidade acessível.
 - (D) devem ser garantidos na mesma proporção que os novos empreendimentos, devendo ser efetuadas as obras necessárias para atender às exigências da Lei.
 - (E) não são obrigatórios, devendo a lei de cada Estado da Federação oferecer vantagens e benefícios para que esses estabelecimentos possam oferecer a mesma acessibilidade.
59. Nos termos do que dispõe a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que
- (A) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, são considerados integridade.
 - (B) os Municípios com população igual ou superior a 12000 (doze mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet, ou de divulgação em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira.
 - (C) a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada, dentre outras, como reservada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua produção.
 - (D) os interessados terão amplo acesso às informações pessoais, independentemente de classificação de sigilo como ultrassecreta, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, a contar da sua data de produção.
 - (E) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação de interesse público aos órgãos e entidades públicas, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e os motivos determinantes da solicitação.
60. De acordo com o Decreto Estadual nº 58.052/2012, será o órgão responsável pela fiscalização da aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011, e desse Decreto, no âmbito da Administração Pública Estadual, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno,
- (A) a Comissão de Acesso à Informação.
 - (B) a Corregedoria Geral da Administração.
 - (C) o Serviço de Informação ao Cidadão.
 - (D) o Grupo Especial de Apoio ao Cidadão.
 - (E) a Secretaria de Gestão Pública.

